

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CONCURSO PÚBLICO

CARGO:

AUDITOR

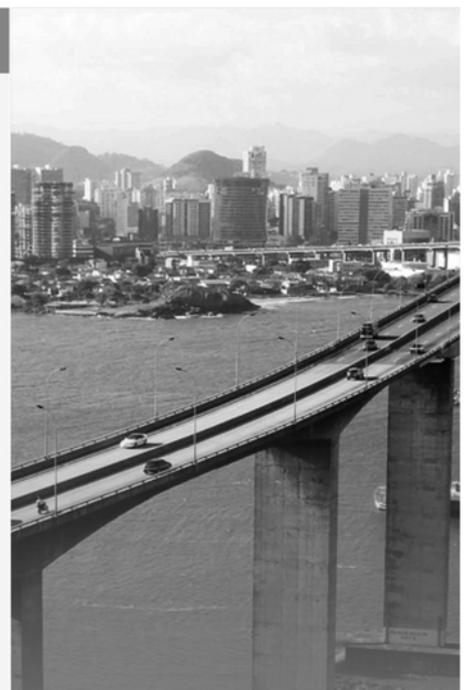
Aplicação: 12/10/2012



Caderno de Provas Objetiva P_1 e Discursiva P_3

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1** Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas e no seu caderno de textos definitivos da prova discursiva. Confira, também, o seu nome em cada página numerada do seu caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes à prova objetiva, e a prova discursiva, acompanhada de espaços para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente discordância quanto aos seus dados pessoais, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2** Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da sua folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:
A vida sem ciência é uma espécie de morte.
Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.
- 3** Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4** Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo da prova discursiva.
- 5** Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição dos textos da prova discursiva para o seu caderno de textos definitivos da prova discursiva.
- 6** Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e o seu caderno de textos definitivos da prova discursiva e deixe o local de provas.
- 7** A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na folha de respostas ou no caderno de textos definitivos da prova discursiva poderá implicar a anulação das suas provas.



OBSERVAÇÕES

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital. É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

0(XX) 61 3448-0100
www.cespe.unb.br
sac@cespe.unb.br

 **cespeUnB**
Centro de Seleção e de Promoção de Eventos

- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.
- Nos itens que avaliam **Noções de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

PROVA OBJETIVA P₁ – CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 9

1 As auditorias gerais ou controladorias e as cortes de
contas surgiram na Europa e influenciaram a organização de
4 nos países de tradição anglo-saxônica, enquanto as últimas são
mais comuns nos países influenciados pela Europa continental.

7 As cortes surgiram com a preocupação de controlar a
legalidade da gestão financeira do setor público. Esse controle
pressupõe que o exato cumprimento da lei é condição
necessária para a correta aplicação dos recursos públicos. Por
10 essa razão, a primeira atribuição das cortes de contas foi
verificar se o gestor havia agido conforme a legislação, se seus
atos estavam respaldados nas normas aplicáveis.

13 O controle gerencial, por sua vez, é a principal marca
das auditorias gerais ou controladorias. Essa modalidade de
controle prioriza a análise dos atos administrativos em relação
16 tanto aos seus custos quanto aos resultados almejados e
alcançados.

19 Em relação ao estatuto jurídico e à efetividade de suas
decisões, as entidades fiscalizadoras superiores diferem de país
para país. Algumas têm natureza administrativa, ou seja, as
suas decisões podem ser revistas pelo Poder Judiciário. Outras,
22 porém, apresentam natureza jurisdicional, ou seja, as suas
decisões são definitivas em relação ao seu objeto.

Alexandre Amorim Rocha. O modelo de controle externo
exercido pelos tribunais de contas e as proposições legislativas
sobre o tema. Internet: <www.senado.gov.br> (com adaptações).

Com base nas ideias do texto acima, julgue os itens a seguir.

- 1 O controle gerencial privilegia a análise dos custos dos atos administrativos e os resultados que se pretende alcançar.
- 2 A diferença entre as entidades fiscalizadoras superiores de cada país restringe-se ao estatuto jurídico e à efetividade que suas decisões apresentam em cada nação.
- 3 Infere-se do texto que, nos países europeus, prevalecem as cortes de contas como entidades fiscalizadoras superiores.
- 4 Depreende-se da leitura do texto que, devido à influência cultural e financeira da Europa continental na maior parte do mundo, as cortes de contas são mais comuns que as controladorias.

Julgue os itens de 5 a 9, referentes a aspectos linguísticos do texto.

- 5 Sem prejuízo para a correção gramatical ou para o sentido original do texto, o ponto final empregado logo após “público”, na linha 7, poderia ser substituído por vírgula, desde que feitas as devidas alterações no emprego de maiúsculas e minúsculas e inserida a conjunção **portanto** logo após vírgula.
- 6 O emprego da vírgula para isolar a oração “se seus atos estavam respaldados nas normas aplicáveis” (ℓ.11-12) justifica-se porque essa oração introduz uma explicação, em forma de paráfrase, da oração que a antecede.
- 7 Após os pronomes “Algumas” (ℓ.20) e “Outras” (ℓ.21), está subentendida a expressão “entidades fiscalizadoras superiores” (ℓ.19).
- 8 Mantendo-se a correção gramatical e o sentido original do texto, o trecho “e influenciaram a organização de quase todos os Estados nacionais” (ℓ.2-3) poderia ser reescrito da seguinte forma: e influíram na organização da maioria das unidades federativas brasileiras.

- 9 No segundo período do terceiro parágrafo, se o vocábulo “tanto” (ℓ.16) fosse deslocado para imediatamente antes da locução “em relação” (ℓ.15) seria mantida a correção gramatical do texto, sem prejuízo de seu sentido.

1 O Tribunal de Contas da União (TCU) constatou que
tribunais regionais do trabalho utilizaram indexadores de
correção monetária e juros diferentes dos previstos na
4 legislação para pagamentos de passivos a servidores e juizes.
O Conselho Superior da Justiça do Trabalho, instância de
supervisão administrativa dos tribunais trabalhistas, provocado
7 pelo TCU, recalculou o montante devido desses passivos,
reduzindo o valor de R\$ 2,4 bilhões para R\$ 1,2 bilhão,
aproximadamente.

10 De acordo com o relatório, o valor total de R\$ 1,5
bilhão já foi pago em duas parcelas (2010 e 2011). Unidade
técnica do TCU vai monitorar as providências adotadas pelos
13 órgãos responsáveis para a recomposição aos cofres públicos
dos valores pagos indevidamente.

No relatório, identificou-se que os erros cometidos na
16 quantificação e no registro dos passivos de pessoal, em todo o
país, se referiam a diferenças da conversão dos salários de
unidade real de valor (URV), a diferenças remuneratórias do
19 recálculo da parcela autônoma de equivalência e a diferenças
no adicional de tempo de serviço que deveria ser pago entre
janeiro de 2005 e maio de 2006. O montante não inclui o valor
22 referente ao cálculo do VPNI e a eventuais compensações nem
possíveis valores pagos acima do teto remuneratório
constitucional.

25 O tribunal deu início à fiscalização em outros tribunais
regionais após constatar passivos indevidos na ordem de
aproximadamente R\$ 270 milhões em um desses órgãos do
28 país. Nesse processo, determinou-se a suspensão dos
pagamentos até que os cálculos fossem revistos.

Internet: <http://portal2.tcu.gov.br> (com adaptações).

A partir das ideias e das estruturas linguísticas do texto acima, julgue os itens subsequentes.

- 10 Os “indexadores de correção monetária e juros diferentes dos previstos na legislação para pagamentos de passivos a servidores e juizes” (ℓ.2-4) foram a causa dos “erros cometidos” (ℓ.15) pelos tribunais.
- 11 Na linha 20, o elemento “que” introduz oração que restringe o sentido do termo “adicional de tempo de serviço”.
- 12 Depreende-se do texto que os tribunais regionais do trabalho terão de recolher aos cofres públicos cerca de R\$ 300 milhões em virtude de pagamento indevido de passivo.
- 13 A irregularidade constatada em um tribunal brasileiro provocou o recálculo dos passivos devidos nos tribunais regionais do trabalho em todo o Brasil.
- 14 Na linha 8, o emprego do plural em “bilhões” e do singular em “bilhão” deve-se à presença dos numerais “2,4” e “1,2”, respectivamente.
- 15 O trecho “entre janeiro de 2005 e maio de 2006” (ℓ.20-21) poderia ser reescrito, sem prejuízo para o sentido original e a correção gramatical do texto, da seguinte forma: **de janeiro de 2005 à maio de 2006**.

Em cada um dos itens seguintes, é apresentado fragmento de texto de redação oficial que deve ser julgado com base nos princípios da comunicação oficial (impessoalidade, clareza, uniformidade, concisão e uso da linguagem formal) e conforme orientações do Manual de Redação da Presidência da República.

- 16 Por oportuno, informo que a documentação ora encaminhada ainda requer complementação, situação que enseja a este Tribunal, por meio de sua auditoria interna, permanecer promovendo gestões em suas áreas técnicas no intuito de buscar mais informações e documentações acerca da execução do referido contrato.
- 17 Sem mais para o momento, aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Senhoria protestos de elevada estima e distinta consideração.
- 18 Em atenção ao ofício acima referenciado, encaminho as informações solicitadas, acompanhadas da respectiva documentação comprobatória.

De acordo com as orientações do Manual de Redação da Presidência da República, julgue os itens a seguir, com relação à correspondência oficial.

- 19 A redação oficial é qualidade da comunicação feita em nome do serviço público, admitindo-se, entretanto, que os documentos internos a determinado órgão contenham impressões individuais características de quem assina o expediente.
- 20 A identificação do signatário deve ser feita pelo nome seguido do cargo, devendo-se evitar que a assinatura do documento fique em página isolada.

Gothenburg, Sweden

The industrial port city of Gothenburg, on Sweden's west coast, has little of the glamour that graces the country's capital, Stockholm. But this once resolutely working-class city is nevertheless making a name for itself as a new hive of the creative arts, with its homegrown fashion labels and upstart indie bands, its jovial craft beer bars and alternative arts scene. Gothenburg (Goteborg in Swedish) is also the fitting host to Scandinavia's leading film festival and hugely popular music festivals. These days, the cool cultural revival happening in Sweden's second-largest city appears well under way.

Those who like coffee cannot miss Bar Centro, a small coffee shop where the espresso is made to high Italian standards and patrons often linger on the stoop and curb outside. Then there are the charming cobblestone streets of the historic Haga neighborhood, which is peppered with classic Swedish cafes that sell absurdly oversized kanelbullar (cinnamon buns) known as Hagabullar.

Internet: <www.nytimes.com> (adapted).

Based on the text above, judge the items below.

- 21 The position of Gothenburg as a cultural center seems to be fairly consolidated.
- 22 Swedish classic coffees are served with pepper.
- 23 Gothenburg used to be a working-class city.
- 24 Gothenburg has already attracted outside fashion designers, who set up business in the city.

Development must be less about growth, more about wellbeing

Sustainable development will only succeed if politicians prioritise people's needs over economic progress, says new report

People and their wellbeing need to be at the centre of development, with less emphasis on economic growth, according to a new report, but this requires philanthropic and development organisations to challenge current thinking.

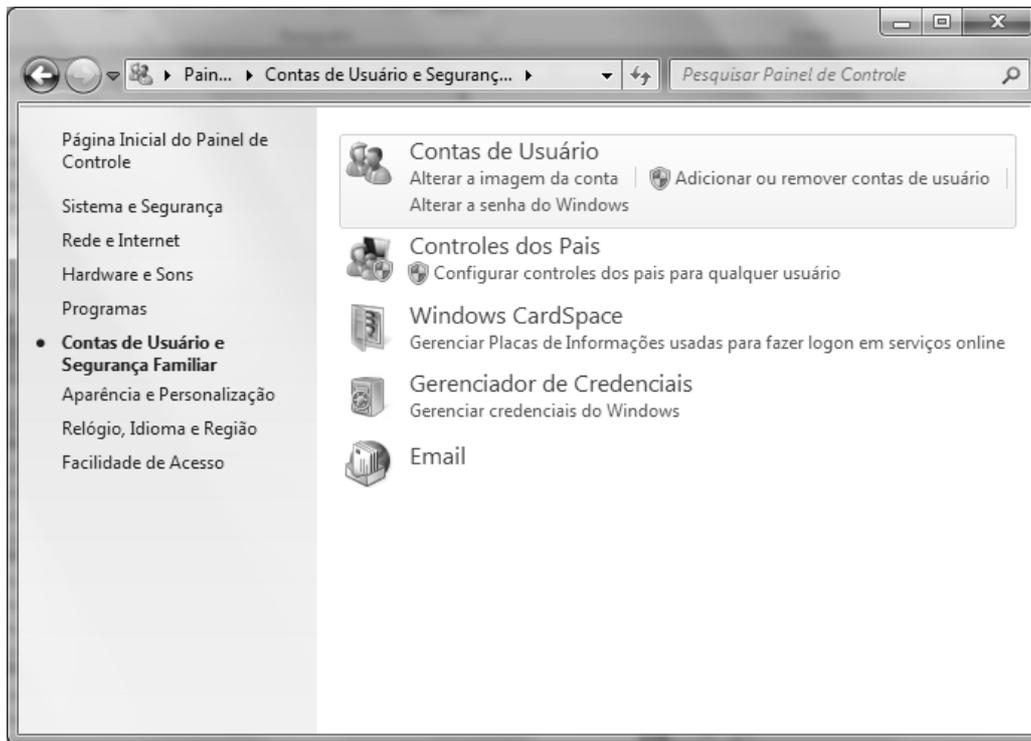
"Development is political," said the final report of the Bellagio Initiative, a six-month exploration into the future of philanthropy and international development. "Not everyone can be a winner at the same time, but if no one among the winners is prepared to give up just a little in order to reach politically sustainable solutions, then we will all lose out. The real wellbeing challenge is not just to find ways to live well, but for us to find ways to live well together."

Care work was cited as an example of an area that would receive greater attention under the new approach. Care for children and the elderly — work often done by women — is systematically undervalued and overlooked in the development agenda, said the report.

Internet: <www.guardian.co.uk> (adapted).

Based on the text above, judge the following items.

- 25 The article states that life within a community requires people to make concessions so that the community as a whole prospers.
- 26 The article suggests that care work for children and the elderly should be taken more seriously.
- 27 Politicians are becoming aware of the need to focus on people's wellbeing to promote development.
- 28 Philanthropic non-governmental organizations are the first organizations to accept the idea that wellbeing plays a central role in development plans.



Tendo como referência a figura acima, que ilustra a tela de gerenciamento de contas do sistema operacional Windows 7 Professional, julgue os itens a seguir.

- 29 No sistema operacional Windows 7, por meio de uma conta com perfil de administrador, o usuário pode alterar a própria senha e a senha dos demais usuários no sistema.
- 30 Sendo a criação de contas no Windows tarefa não administrativa, qualquer usuário que já esteja cadastrado no sistema pode, no mínimo, criar uma nova conta com poder de administrador.

A respeito de redes de computadores e aplicativos básicos para uso de Internet e *intranet*, julgue os itens subsequentes.

- 31 O protocolo WWW indica ao usuário da Internet que existe um sistema que responde por requisições de páginas.
- 32 O DNS (*domain name system*), sistema utilizado para a resolução de nomes na Internet, transforma um nome em um endereço IP e um endereço IP em um nome.
- 33 Entre os protocolos que compõem o TCP/IP inclui-se o IP, que se localiza na camada de transporte da arquitetura TCP/IP.

No que se refere ao gerenciamento de pastas no Windows 7, julgue os próximos itens.

- 34 A data de modificação de um arquivo corresponde à hora e ao dia em que o sistema antivírus remove a última ameaça ao arquivo: se o arquivo é modificado pelo usuário, o atributo que indica isso para o sistema é a data de leitura do arquivo.
- 35 Ao se remover um arquivo no sistema Windows 7, o próprio sistema operacional localiza o arquivo no disco, escreve no cabeçalho do arquivo o parâmetro *deleted* e salva-o na lista de arquivos removidos.
- 36 Quando se cria um arquivo no sistema, um dos atributos do arquivo é a sua data de criação.

Com relação às noções de segurança da informação e aplicativos para prover segurança em redes de computadores, julgue os itens que se seguem.

- 37 Um *firewall* de rede, que é capaz de detectar, bloquear, criar alarmes e modificar um ataque em uma rede de computador, trabalha com assinatura de vírus para fazer essa detecção.
- 38 Em geral, *softwares* antivírus trabalham com assinaturas de vírus; assim, para um novo vírus ser detectado pelo *software*, este precisa conhecer a assinatura desse novo vírus.

RASCUNHO

Considerando que determinado agente financeiro ofereça empréstimos à taxa de juros compostos de 4% ao mês e que 1,17 seja valor aproximado para $1,04^4$, julgue os itens a seguir.

- 39 Suponha que, até o final de determinado mês, 13 analistas de crédito compunham o quadro de analistas de crédito desse agente financeiro e que esses funcionários, em jornada de trabalho de 8 horas, conseguiram finalizar, em média, 650 propostas de crédito ao mês. Suponha, ainda, que, a partir do mês subsequente, a jornada de trabalho tenha sido reduzida para 6 horas e que 11 novos analistas tenham sido contratados. Nessa situação, se todos os analista de crédito desse agente financeiro forem igualmente eficientes, a média de propostas de crédito finalizadas mensalmente subirá para 900.
- 40 O valor total pago por um empréstimo de R\$ 20.000,00 contratado para ser liquidado ao final de 5 meses será, ao final do contrato, inferior a R\$ 25.000,00.
- 41 Considere que um cliente desse agente tenha contratado um empréstimo de modo que, ao final do contrato, pagaria o montante de R\$ 28.000,00. Nesse caso, se o empréstimo for saldado cinco meses antes do seu vencimento, o montante total pago será inferior a R\$ 21.000,00.
- 42 Se a taxa de inflação acumulada de janeiro a abril de determinado ano for de 3%, um empréstimo tomado no início de janeiro para ser liquidado no final de abril desse ano estará sujeito a uma taxa de juros real superior a 14%.

Considerando que um veículo no valor de R\$ 57.000,00 tenha sido financiado em 20 prestações mensais e consecutivas, à taxa de juros de 4% ao mês, e que 2,2 seja valor aproximado para $1,04^{20}$, julgue os itens seguintes.

- 43 O valor da primeira prestação será superior a R\$ 4.830,00 se o veículo tiver sido financiado pelo Sistema de Amortização Misto.
- 44 Se esse veículo tiver sido financiado utilizando-se o Sistema Price, de modo que cada prestação seja composta de duas partes — uma referente aos juros cobrados e outra correspondente à amortização da dívida —, na segunda prestação, a parcela, em reais, correspondente aos juros será igual a $2.371,20 - 0,04 \times P$, em que P representa o valor da segunda prestação.
- 45 Caso o veículo tenha sido financiado pelo Sistema de Amortização Constante (SAC), na composição da segunda prestação, o valor referente aos juros será superior a R\$ 2.400,00.

Uma loja de departamentos oferece aos clientes algumas modalidades de financiamento para a aquisição de seus produtos à taxa de juros de 4% ao mês. Com base nessa informação, julgue os itens seguintes, considerando que 1,6 seja valor aproximado para $1,04^{12}$.

- 46 O preço à vista de um televisor de LCD financiado em 12 prestações mensais, iguais e consecutivas de R\$ 280,00 é superior a R\$ 2.500,00.
- 47 Se uma geladeira que custa, à vista, R\$ 1.872,00 for adquirida em 12 prestações mensais, iguais e consecutivas, com a primeira prestação sendo paga no momento da compra, o valor das prestações será inferior a R\$ 186,00.
- 48 Um jogo de sala, cujo preço à vista é de R\$ 6.000,00, vendido em 10 parcelas iguais, mensais e consecutivas, com três meses de carência para o início dos pagamentos, terá custado, após a quitação da última parcela, mais de R\$ 9.000,00.

RASCUNHO

Uma instituição possui 15 empregados: 2 da referência A, 4 da B e 9 da referência C. O salário mensal de cada empregado da referência C é igual a R\$ 2.000,00; o de cada empregado da referência B, R\$ 3.500,00; e o salário mensal de cada empregado da referência A é igual a R\$ 5.000,00.

A partir dessas informações, julgue os itens a seguir.

- 49 Ao se selecionarem, aleatoriamente e sem reposição, dois empregados dessa instituição, a probabilidade de a soma dos salários desses dois empregados não ultrapassar R\$ 5.000,00 é superior a 0,35.
- 50 O salário mediano dos 15 empregados dessa instituição é igual a R\$ 2.800,00.
- 51 Se 6 empregados dessa instituição são do sexo masculino, então o salário médio dos homens que nela trabalham está entre R\$ 2.000,00 e R\$ 4.000,00.

Um modelo de regressão linear simples descreve a relação entre o preço unitário (representado por X), em reais, de determinado produto e a quantidade de unidades vendidas (representada por Y). A reta de regressão ajustada pelo método de mínimos quadrados ordinários é $Y = 25 - 0,1X$.

Com base nessas informações, julgue os itens subsequentes.

- 52 Considere que, no modelo apresentado, o preço unitário do produto, representado pela variável Z, seja cotado em dólares e que um dólar valha R\$ 2,00. Nesse caso, segundo o mesmo método de mínimos quadrados, a reta de regressão estimada será $Y = 25 - 0,2Z$.
- 53 De acordo com o modelo, se o preço de venda corresponder a R\$ 50,00 a unidade, pode-se prever a venda de 20 unidades desse produto.
- 54 O coeficiente de determinação do referido modelo é negativo, o que indica a existência de relação inversa entre o preço e a quantidade de unidades vendidas.

Suponha que 70% das pessoas que integrem um plenário sejam do sexo feminino e 30%, do sexo masculino, e que 20% das mulheres e 10% dos homens sejam favoráveis a determinada proposta, sendo todos os demais integrantes contrários a ela. A partir dessas informações, julgue os próximos itens.

- 55 A probabilidade de se selecionar aleatoriamente um indivíduo no plenário e ele ser do sexo feminino ou ser favorável à proposta é superior a 0,80.
- 56 A probabilidade de se selecionar aleatoriamente um indivíduo no plenário e ele ser um homem não favorável à proposta é igual a 0,27.

Em pesquisa realizada para se estimar o salário médio dos empregados de uma empresa, selecionou-se, aleatoriamente, uma amostra de nove empregados entre todos os empregados da empresa. Os dados de tempo de serviço, em anos, e salário, em quantidade de salários mínimos, dos indivíduos dessa amostra estão dispostos na tabela abaixo.

tempo de serviço (anos)	3	2	6	7	4	8	2	2	2
salário (quantidade de salários mínimos)	6	6	10	8	5	9	6	5	6

A partir dos dados da tabela, julgue os itens seguintes.

- 57 A estimativa não viciada da variância dos salários dos indivíduos da amostra com mais de 5 anos de serviço é igual a $2/3$.
- 58 Excluindo-se da amostra um empregado qualquer, nem o menor salário nem a moda amostral sofreriam alterações com relação aos valores observados na amostra completa.

A respeito dos controles interno e externo e do controle parlamentar, julgue os itens seguintes.

- 59 No que se refere às prerrogativas do Congresso Nacional sobre o controle político exercido sobre o Poder Executivo, destaca-se, entre as inovações trazidas pela Constituição Federal de 1988 (CF), a competência para sustar, por exemplo, instrução normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil que extrapole os limites do poder de regulamentação de uma lei.
- 60 A função de controle — interno e externo — é mais ampla que a supervisão. O controle é mais definido e se aplica a situações em que não há subordinação nem mesmo vinculação formal, administrativa, sendo objeto do controle toda utilização ou movimentação de recursos públicos, independentemente de seu montante e destinação.

À luz do disposto na Lei de Improbidade Administrativa, julgue o item abaixo.

- 61 Constitui ato de improbidade administrativa com prejuízo ao erário permitir ou mesmo facilitar a alienação ou locação, por valor superior ao de mercado, de bem patrimonial de entidade que dependa de recursos do Tesouro para o seu custeio.

Acerca do controle administrativo e do controle jurisdicional da administração pública, julgue o item seguinte.

- 62 No Brasil, as medidas judiciais específicas para enfrentar omissões de autoridade pública incluem o *habeas data*, aplicável aos casos em que o indivíduo se vê privado do exercício de seus direitos em virtude da inexistência de norma regulamentadora, como, por exemplo, no que se refere à greve no serviço público.

Em relação aos tribunais de contas, julgue os seguintes itens.

- 63 As decisões proferidas pelo TCU em processos de tomada ou prestação de contas não são irrecuráveis, inclusive em recurso interposto fora do prazo, desde que em razão da superveniência de fatos novos, o que, aliás, também enseja recurso de revisão ao plenário, quando houver decisão definitiva. O Ministério Público junto ao TCU pode recorrer em todos os tipos de recursos, isto é, tanto no de reconsideração quanto no embargo de declaração, bem como no recurso de revisão ao plenário.
- 64 Uma das incumbências do tribunal de contas do estado é a emissão de parecer prévio sobre as contas de prefeito municipal, que deverá ser aprovado ou rejeitado pela câmara municipal, sempre por maioria absoluta. Sendo divergente a posição dos vereadores, o parecer do tribunal deixará de prevalecer por decisão de três quartos dos membros da câmara municipal.

A respeito da prescrição administrativa, julgue o item abaixo.

- 65 No caso de um ordenador de despesa perder o prazo para recurso em uma decisão desfavorável de tribunal de contas, não haverá possibilidade de recurso extemporâneo, pois é vedado à administração acolhê-lo, mesmo se constatado assistir razão ao interessado.

No que concerne à responsabilidade do administrador público, julgue os itens que se seguem.

- 66 Tomada de contas especial só deve ser adotada pelo administrador público, independentemente das providências administrativas internas, para ressarcimento do dano provocado ao erário e do seu montante, sob pena de responsabilidade solidária.
- 67 Para efeito de responsabilidade do Estado, no caso de lesão a terceiro, é fundamental estabelecer se o agente público, no exercício de suas funções, atuou de forma dolosa ou culposa, bem como se os poderes de que se tenha valido correspondiam ou não às suas atribuições específicas.

Com base no que dispõe a Lei Orgânica e o Código de Ética dos Membros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE/ES), julgue os itens seguintes.

- 68 Aos auditores do TCE/ES é permitido participar de conselhos e comissões de entidades jurisdicionadas pelo próprio tribunal, desde que as entidades não tenham fins lucrativos e que os referidos auditores se abstenham de emitir relatórios ou pareceres sobre tais entidades.
- 69 A jurisdição do TCE/ES é a mais ampla possível, abrangendo, inclusive, pessoas que integram a administração do estado ou dos municípios, mesmo fora dos respectivos territórios.
- 70 O TCE/ES poderá julgar as contas irregulares, mesmo não havendo débito. Isso pode ocorrer, por exemplo, no caso de faltar comprovação da regular aplicação de recursos repassados pelo estado ou município. O TCE/ES também poderá julgar as contas como irregulares em caso de descumprimento de determinação feita em contas anteriormente consideradas regulares, mas para as quais havia ressalva.

No que se refere à economia do setor público, julgue os itens subsequentes.

- 71 Em um país com superávit primário e déficit operacional, os juros pagos são maiores que as necessidades de financiamento no conceito operacional.
- 72 O funcionamento do sistema de mercado com presença do governo é capaz de assegurar altos níveis de emprego, porém desestabiliza os preços nessa economia.
- 73 O governo de Fernando Collor caracteriza-se como produtor e o de Fernando Henrique Cardoso, como provisor.
- 74 Uma política protecionista, por meio do aumento das alíquotas de importação, atende à função estabilizadora do Estado, pois reduz os preços dos bens nacionais, ajudando a controlar a inflação.
- 75 A adoção de uma política tributária de aumento generalizado de impostos indiretos possibilita que o governo cumpra sua função distributiva.

Com relação à economia brasileira, julgue os itens que se seguem.

- 76 A implantação de uma política industrial voltada para o aumento de competitividade foi uma importante contribuição do governo Collor. Essa política se contrapôs às políticas adotadas até então, que objetivavam a expansão da capacidade produtiva via incentivo à substituição de importação.
- 77 Nos anos 90 do século XX, apesar da melhora inicial da situação dos mais pobres provocada pela estabilização da moeda, a renda retida por essa camada social diminuiu e a dos mais ricos aumentou.
- 78 As mudanças no padrão demográfico brasileiro provocam constante necessidade de mudanças nas políticas públicas em educação, saúde, emprego e previdência social.
- 79 A globalização e a crise financeira sobre a economia brasileira têm resultado em um intenso fluxo de capital internacional no país e, conseqüentemente, na valorização do real.
- 80 Diferentemente do que ocorreu com os demais planos econômicos heterodoxos adotados no Brasil entre 1986 e 1993, o sucesso do Plano Real deveu-se à constatação de que o problema inflacionário no país decorria simultaneamente do fato de que a inflação era de demanda e do de que possuía um componente inercial.

À luz da legislação aplicável ao TCE/ES, julgue os próximos itens.

- 81 Nos termos da lei complementar que instituiu o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Espírito Santo, a exoneração de servidor público efetivo condiciona-se ao exame da legalidade do ato de exoneração pelo TCE/ES, exceto no caso de cargo de provimento em comissão, na administração direta e indireta do estado e dos municípios.
- 82 A Constituição do Estado do Espírito Santo determina que os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais sejam previamente submetidos ao TCE/ES, que deverá examiná-los e sobre eles emitir parecer.
- 83 Ao TCE/ES cabe, segundo sua lei orgânica, realizar, por iniciativa própria, inspeções ou auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional, patrimonial e ambiental nos órgãos dos poderes do estado e dos municípios e nos órgãos integrantes da administração indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas ou mantidas pelo poder público.
- 84 A lei de diretrizes orçamentárias, de iniciativa do Poder Executivo, compreende as metas e prioridades da administração pública estadual, incluindo-se as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, e, nos termos da constituição estadual, vincula a elaboração da lei orçamentária anual.
- 85 A lei complementar que estabelece o Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo prevê, expressamente, que o direito da administração de anular os atos administrativos dos quais decorram efeitos favoráveis aos beneficiários do regime decai em dez anos, contados da data em que esses atos forem praticados, salvo se comprovada má-fé.

Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), na Lei de Acesso à Informação e na Lei de Licitações, julgue os itens subsequentes.

- 86 Conforme a LRF, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder 50% e 60% da receita corrente líquida, respectivamente, para a União e para os estados e municípios. Na verificação do atendimento desses limites, não se computam as despesas com inativos, ainda que por intermédio de fundo específico, custeadas por recursos provenientes da arrecadação de contribuições dos segurados.
- 87 Considere a seguinte situação hipotética.
Celso, maior de idade, capaz, morador de pequeno município com população de menos de 10.000 habitantes localizado no interior de determinado estado da Federação, requereu, na prefeitura municipal, cópia de processo administrativo em que se discutia a extensão e os limites de decreto municipal que desapropriou áreas para a construção de uma praça. O pedido de Celso foi negado, sob a alegação de que ele não seria atingido pela desapropriação e de que tais informações encontravam-se disponíveis no sítio eletrônico da prefeitura na Internet. Além disso, a municipalidade alegou não ser obrigada a fornecer cópia impressa de qualquer informação a ela solicitada, devido aos elevados custos de impressão. Nessa situação, a prefeitura agiu de forma ilegal, contrariando o disposto na Lei de Acesso à Informação.
- 88 Considere a seguinte situação hipotética.
Com o intuito de concluir e inaugurar uma obra antes das eleições municipais, Juca, prefeito de determinado município, aprovou, antecipadamente, o projeto básico, o projeto executivo e a execução das obras e serviços, etapas obrigatórias para a realização de obras públicas, e ordenou a execução integral do projeto. O projeto básico foi aprovado pela autoridade competente e colocado à disposição, para exame, dos interessados em participar do processo licitatório; havia orçamento detalhado em planilhas que expressavam a composição de todos os custos unitários, além de previsão de recursos orçamentários que assegurassem o pagamento das obrigações no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma. Nessa situação, o prefeito agiu de acordo com os dispositivos previstos na Lei de Licitações.
- 89 De acordo com a LRF, se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas na norma, os Poderes e o Ministério Público deverão promover, por ato próprio e nos montantes necessários, a limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias, incluindo-se as obrigações constitucionais e legais do ente e as destinadas ao pagamento do serviço da dívida.
- 90 A realização de procedimento licitatório visa garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, selecionar a proposta mais vantajosa para a administração e promover o desenvolvimento nacional sustentável, sendo vedado aos agentes públicos estabelecer tratamento diferenciado aos licitantes e dar preferência a produtos de qualquer natureza, salvo se a preferência for usada como critério de desempate.

PROVA DISCURSIVA P₃ – CONHECIMENTOS BÁSICOS

- Faça o que se pede a seguir, usando os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva os textos para o **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS**, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado. Será também desconsiderado o texto que não for escrito na folha de texto definitivo correspondente.
- No **caderno de textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.
- Para cada questão, ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **10 pontos**, dos quais até **0,5 ponto** será atribuído ao quesito apresentação e estrutura textual (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos).

QUESTÃO 1

A atividade de auditoria governamental exercida pelo Tribunal de Contas reveste-se de um acentuado caráter social, portanto, as normas que a regulam têm uma importância inegável e a sua observação interessa não só a essa corte, mas também aos auditores e a todos os destinatários dos resultados de seus trabalhos. Tais normas representam os requisitos básicos para assegurar que os auditores sejam independentes, íntegros, imparciais, objetivos e competentes no desenvolvimento dos trabalhos de auditoria, de modo a garantir a credibilidade e a imparcialidade das informações e dos resultados dos trabalhos produzidos.

Com esse propósito, o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, por meio da Resolução n.º 225/2010, instituiu seu próprio Código de Ética, cujos objetivos estão assim definidos:

“Art. 3.º (...)

- I tornar transparentes as regras éticas de conduta dos membros do Tribunal de Contas, para que a sociedade possa aferir sua integridade e a lisura do processo de apreciação das contas públicas;
- II contribuir para o aperfeiçoamento dos padrões éticos dos integrantes do Tribunal de Contas;
- III assegurar aos membros do Tribunal de Contas a preservação de sua imagem e reputação, quando seu comportamento se pautar pelas normas éticas estabelecidas neste Código;
- IV propiciar, no campo ético, regras específicas sobre o conflito de interesses públicos e privados e limitar a utilização de informação privilegiada após o exercício do cargo;
- V estimular, no campo ético, o intercâmbio de experiências, conhecimentos entre os setores público e privado.”

Considerando que o texto acima tem caráter unicamente motivador, discorra sobre os princípios e regras gerais que devem ser observados pelo auditor, tanto em seu trabalho individual quanto no desenvolvimento de trabalho em equipe. Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ cautela, zelo e julgamento profissional; [valor: 2,00 pontos]
- ▶ competência e desenvolvimento profissional; [valor: 2,00 pontos]
- ▶ comportamento profissional e cortesia; [valor: 2,00 pontos]
- ▶ conflitos de interesse; [valor: 2,00 pontos]
- ▶ sigilo profissional. [valor: 1,50 ponto]

RASCUNHO – QUESTÃO 1

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

QUESTÃO 2

Durante a apreciação das contas de determinado município do estado do Espírito Santo, o TCE/ES constatou ilegalidade em determinado contrato de prestação continuada, razão por que assinalou prazo para que a entidade adotasse as providências necessárias ao exato cumprimento da lei. Decorrido o prazo estabelecido pelo tribunal, a prática ilegal persistia.

Com base na situação hipotética acima, redija um texto dissertativo respondendo, necessariamente, de forma objetiva e justificada, aos seguintes questionamentos.

- ▶ O TCE/ES poderá sustar diretamente a execução do contrato eivado de vício? **[valor: 5,00 pontos]**
- ▶ O TCE/ES poderá aplicar sanções diretamente aos agentes públicos envolvidos? **[valor: 4,50 pontos]**

RASCUNHO – QUESTÃO 2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



CONCURSO PÚBLICO



CARGO:

AUDITOR

Aplicação: 14/10/2012

Caderno de Provas Objetiva P_2 e Discursiva P_4

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas e no seu caderno de textos definitivos da prova discursiva. Confira, também, o seu nome em cada página numerada do seu caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes à prova objetiva, e a prova discursiva, acompanhada de espaços para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente discordância quanto aos seus dados pessoais, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.

2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da sua folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Do caos fez-se o cosmo.

Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.

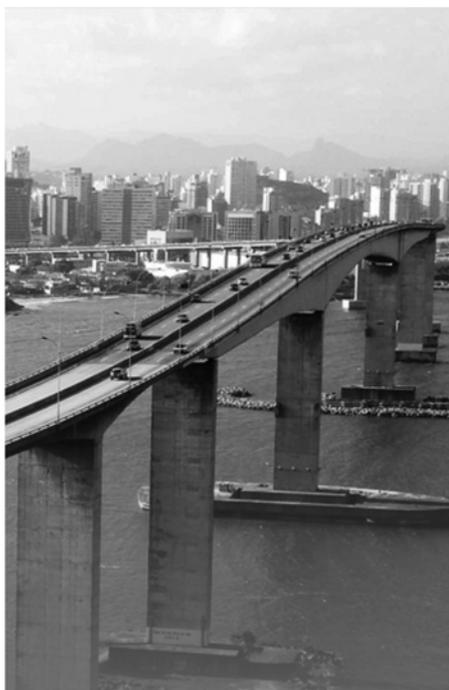
3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.

4 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo da prova discursiva.

5 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição dos textos da prova discursiva para o caderno de textos definitivos da prova discursiva.

6 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e o seu caderno de textos definitivos da prova discursiva e deixe o local de provas.

7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na folha de respostas ou no caderno de textos definitivos da prova discursiva poderá implicar a anulação das suas provas.



OBSERVAÇÕES

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital. É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

0(XX) 61 3448-0100
www.cespe.unb.br
sac@cespe.unb.br

De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

PROVA OBJETIVA P₂ – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

De acordo com a legislação societária e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, julgue os itens a seguir.

- 91 O fato de o investidor ser organização de capital de risco (como fundos de *private equity* e de *venture capital*), fundo mútuo, truste ou entidade similar não constitui argumento suficiente para excluir da consolidação uma controlada.
- 92 Um ativo satisfaz o critério de identificação, no que diz respeito à definição de ativo intangível, quando puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independentemente da intenção de uso pela entidade.
- 93 A entidade investidora deve, ao avaliar se os potenciais direitos de voto contribuem para a influência significativa ou para o controle da entidade, reexaminar todos os fatos e circunstâncias que possam afetar os direitos potenciais, incluindo-se o que advenha da intenção da administração e da capacidade financeira em exercer ou converter esses direitos.
- 94 Na mensuração de estoque, o valor realizável líquido refere-se à quantia pela qual um ativo pode ser trocado entre compradores e vendedores dispostos a isso, conhecedores do negócio e independentes entre si.
- 95 Na demonstração dos fluxos de caixa, os movimentos entre itens que constituem equivalentes de caixa são excluídos porque esses componentes são parte da gestão de caixa da entidade, e não parte de suas atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

Com relação aos princípios de contabilidade e ao grau de alavancagem operacional, julgue o próximo item.

- 96 Quanto maior for o grau de alavancagem operacional, mais elevada será a participação dos custos variáveis no custo total da empresa e, conseqüentemente, maior será a sensibilidade do lucro às alterações nos níveis de receitas.

A respeito das normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público, julgue os itens a seguir.

- 97 Classifica-se como unificada a unidade contábil que representa a soma ou a agregação do patrimônio de duas ou mais unidades contábeis originárias.
- 98 O apoio à tomada de decisões em processos de compras ou de aluguel de produção, ou de terceirização, a redução de custos e a melhoria dos gastos são objetivos do Sistema de Informação de Custos do Setor Público.

Com relação às demonstrações contábeis aplicadas ao setor público, julgue os itens que se seguem, de acordo com o Manual de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional.

- 99 O balanço financeiro é elaborado exclusivamente com a utilização das contas contábeis pertencentes às classes das variações patrimoniais aumentativas e diminutivas e da execução da receita e despesa.
- 100 Os demonstrativos da execução de restos a pagar processados e não processados devem ser anexados ao balanço orçamentário.

Acerca do orçamento público e de restos a pagar, julgue os itens seguintes.

- 101 O prazo de validade de uma despesa que não seja liquidada no exercício em que ocorra o empenho encerra-se em 31 de dezembro do ano subsequente ao da sua inscrição em restos a pagar.
- 102 A mensagem presidencial por meio da qual seja encaminhado o projeto de lei orçamentária anual ao Congresso Nacional deve evidenciar a metodologia de cálculo de todos os itens computados na avaliação das necessidades de financiamento do governo federal.

Com relação à contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS), ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), ao imposto de renda retido na fonte (IRRF) e às participações governamentais, julgue os itens que se seguem.

- 103 A isenção do ICMS concedida pelo estado, em regra, não acarreta a anulação do crédito relativo às operações anteriores.
- 104 O adiantamento de rendimentos, inclusive de décimo terceiro salário, não está sujeito ao IRRF, se os rendimentos a que se refere o adiantamento forem integralmente pagos em outro mês.
- 105 O valor do crédito a ser descontado do valor devido a título de COFINS, com a incidência não cumulativa, constitui receita bruta da pessoa jurídica.
- 106 Os bônus de assinatura decorrentes de contrato de concessão das atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural correspondem ao montante ofertado pelo licitante vencedor na proposta para obtenção da concessão, devendo ser pagos no ato da assinatura do respectivo contrato.

Acerca da contribuição para o programa de integração social e de formação do patrimônio do servidor público (PIS/PASEP) e do imposto de renda de pessoa jurídica (IRPJ), julgue os próximos itens.

- 107** Para fins de IRPJ, a empresa instalada em zona de processamento de exportação não deve computar, como custo ou encargo, a depreciação de bens adquiridos no mercado externo.
- 108** Devido à falta de amparo legal, os gastos com desembaraço aduaneiro na importação de mercadorias não geram direito a desconto de créditos da contribuição para o PIS/PASEP.

No que se refere à atuação do Estado nas finanças públicas e ao orçamento público, julgue os itens que se seguem.

- 109** A abrangência do princípio orçamentário da não vinculação de receitas restringe-se às receitas de impostos.
- 110** A não aprovação do plano plurianual até o final do primeiro exercício do mandato do titular do Poder Executivo impede o recesso do Poder Legislativo.
- 111** A proposta de alteração de procedimento de elaboração, discussão, aprovação e execução do orçamento público no Brasil deve ser apresentada por meio de projeto de lei complementar.

Considerando os recursos técnicos e mecanismos de planejamento e execução do orçamento público, julgue os itens subsequentes.

- 112** Os governos estaduais estão autorizados a alienar parte de seus títulos de crédito perante outras instituições, no intuito de pagar juros e serviços referentes ao estoque de dívida contratada.
- 113** A liquidação, último estágio da despesa pública, somente ocorre depois de concluídos todos os estágios anteriores.
- 114** Caso pretenda iniciar nova ação de atendimento socioeducativo a determinado grupo de moradores em uma região com risco de enchentes, o Poder Executivo terá de aprovar crédito especial, ainda que os recursos do projeto sejam oriundos do cancelamento de despesas em percentual inferior ao autorizado para créditos suplementares.

Com relação ao controle de constitucionalidade previsto no direito brasileiro e à interpretação das normas constitucionais, julgue os itens a seguir.

- 115** Conforme a doutrina, a natureza jurídica da repercussão geral é requisito de admissibilidade do recurso extraordinário.
- 116** De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), é cabível, para se obter a interpretação, a revisão ou o cancelamento de súmula vinculante, o ajuizamento de arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- 117** Denomina-se mutação constitucional o processo informal de mudança da constituição por meio do qual a ela se atribui novo sentido, sem que se altere seu texto.

Com relação ao Tribunal de Contas da União (TCU) e aos tribunais de contas estaduais, julgue os itens que se seguem.

- 118** Caso tome conhecimento de que o chefe do Poder Executivo estadual, tenha cometido em determinado certame licitatório, graves irregularidades relativas à gestão do dinheiro público, o dono de uma empresa licitante poderá, nos termos da Constituição Federal (CF), denunciar o fato diretamente ao tribunal de contas estadual.
- 119** De acordo com o entendimento do STF, seria constitucional lei ordinária estadual que determinasse que todos os contratos celebrados entre o governo do estado e as empresas particulares dependessem de registro prévio no tribunal de contas estadual.
- 120** De acordo com o STF, o TCU e, dado o princípio da simetria, os tribunais de contas estaduais detêm legitimidade para requisitar, diretamente, informações que impliquem a quebra de sigilo bancário.

Acerca da responsabilidade civil extracontratual, julgue os itens que se seguem.

- 121** O executivo cuja imagem tenha sido utilizada, sem sua autorização, para publicidade pela empresa em que trabalha só terá direito a indenização por uso indevido da imagem se provar eventual prejuízo sofrido.
- 122** Considere que Matias, com intenção de denegrir a imagem de Valdomiro, um conhecido empresário da cidade, tenha escrito e feito veicular, em jornal impresso, notícia que fazia referências atentatórias à honra e à imagem do empresário. Nessa situação hipotética, a responsabilidade civil pelos danos causados com a veiculação da notícia deve recair unicamente sobre Matias, autor do escrito.

A respeito de relações contratuais, julgue o item seguinte.

- 123** Considere que Roberto tenha firmado contrato de mútuo com determinada instituição de crédito e que Cláudio, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, amigo de infância de Roberto, tenha subscrito, sem anuência de sua esposa, Maria, o referido contrato na condição de fiador. Nessa situação, a garantia prestada por Cláudio é ineficaz.

Com relação aos direitos reais, julgue os itens subsequentes.

- 124** Aquele que receba a coisa objeto do usufruto é responsável tanto pelas despesas ordinárias de sua conservação quanto pelos tributos devidos pela posse ou rendimento da coisa usufruída, não sendo, contudo, obrigado a pagar pelas deteriorações resultantes do exercício regular do usufruto.
- 125** Se o proprietário de determinado imóvel constatar que o prédio vizinho, pelas condições em que se encontra, ameaça ruir, ele terá direito de exigir do dono do prédio a sua demolição ou reparação, além de caução pelo dano iminente.

Julgue os itens que se seguem, com relação a competência.

- 126** Formalizado contrato de locação de imóvel localizado no município X, os contratantes poderão eleger o foro de outro município para processar e julgar eventuais lides referentes ao contrato, a despeito da localização do imóvel.
- 127** A competência territorial deve ser arguida pelo réu, no prazo da defesa, por meio de exceção; se o réu não arguir a incompetência territorial no prazo legal, prorroga-se a competência, não podendo nem mesmo o juízo, nesse caso, declinar da competência *ex officio*.

Mário ajuizou ação de obrigação de fazer em desfavor do Centro Hospitalar Santa Gertrudes, requerendo antecipação dos efeitos da tutela. Ao despachar a petição inicial, o juiz, convencido da verossimilhança das alegações e na tentativa de evitar que o autor tivesse de suportar dano grave, concedeu liminar antecipando os efeitos da tutela.

Em face dessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 128** Caso o réu pretenda reformar a decisão que antecipou os efeitos da tutela, ele deverá interpor o recurso de agravo retido, no prazo de dez dias, contado a partir da intimação da decisão antecipatória concedida, não se admitido, no caso em apreço, agravo de instrumento. Na eventualidade de interposição desse recurso, o relator deverá convertê-lo em agravo retido.
- 129** Se o autor não tiver formulado expressamente o pedido cominatório, pleiteando o pagamento de multa para o caso de o réu não cumprir a decisão antecipatória de tutela, ao juiz é vedado arbitrá-la *ex officio*, visto que, segundo a legislação processual civil vigente, o magistrado deve decidir a lide nos limites de sua propositura.

Transitada em julgado sentença que condenou o réu, em ação de cobrança, ao pagamento da quantia de R\$ 50.000,00, o autor apresentou o memorial de cálculo e requereu o cumprimento da sentença. O juiz determinou a intimação do executado para pagar a dívida exequenda no prazo de quinze dias, sob pena de pagamento de multa no percentual de 10% sobre o valor da condenação.

Com base nessa situação hipotética, julgue o item abaixo.

- 130** Caso o réu não tenha apresentado contestação à ação de cobrança, ele poderá defender-se na fase de cumprimento de sentença, por meio de impugnação, cujo objetivo consiste em anular todos os atos processuais praticados a partir da citação, incluindo-se a instrução processual e a sentença condenatória, devendo ser oferecida no prazo de quinze dias, a contar da intimação que determina o pagamento da quantia exequenda.

Com base no que dispõe o Código Penal (CP) e na interpretação doutrinária da legislação penal, julgue os itens seguintes.

- 131** Considere que Jonas, servidor público, tenha dissimulado a natureza, a origem e a propriedade de bens oriundos de infração penal e que, descoberto, tenha manifestado interesse em exercer a colaboração criminal premiada. Nesse caso, as práticas mencionadas caracterizam crime de lavagem de dinheiro, podendo a colaboração premiada ser exercida a qualquer tempo.
- 132** O arrependimento posterior constitui causa obrigatória de redução de pena, porém não se estende ao coautor ou partícipe que não tenha, voluntariamente, realizado o ressarcimento exigido para a obtenção do benefício legal.
- 133** O rol das causas de extinção da punibilidade previstas no CP não é taxativo, dada a existência, no CP, de diversos outros dispositivos que disciplinam o tema, a exemplo dos que expressamente se referem aos delitos contra as finanças públicas.
- 134** Os dispositivos legais que definem os crimes contra as finanças públicas previstos no CP são leis penais em branco, na sua totalidade, visto que dependem de complementação por norma de direito financeiro.
- 135** O crime nominado, pela doutrina e jurisprudência, peculato eletrônico, que consiste na inserção de informações falsas no banco de dados da administração pública, é considerado delito autônomo em relação ao peculato, e, caso exista apropriação da quantia auferida indevidamente em razão dessa conduta, em uma mesma circunstância fática, configura-se o concurso formal dos crimes de peculato e de inserção de dados falsos em sistema de informação, delineados no Estatuto Repressor.

Acerca de atos e contratos administrativos, julgue os itens a seguir.

- 136** A natureza jurídica é a principal diferença entre a concessão de serviço público e a permissão de serviço público, consideradas, respectivamente, contrato administrativo e ato administrativo.
- 137** O silêncio administrativo consiste na ausência de manifestação da administração nos casos em que ela deveria manifestar-se. Se a lei não atribuir efeito jurídico em razão da ausência de pronunciamento, o silêncio administrativo não pode sequer ser considerado ato administrativo.
- 138** A ratificação, forma de convalidação de ato administrativo que contenha vício sanável, possui efeitos *ex tunc*, isto é, seus efeitos retroagem ao momento em que o ato originário foi praticado.

Com base na jurisprudência do STF e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), julgue os próximos itens, que versam sobre direito administrativo.

139 É permitido à administração pública exigir do administrado, para a admissibilidade de recurso administrativo, depósito prévio em dinheiro.

140 De acordo com o STJ, o servidor público concursado e nomeado para cargo efetivo só poderá ser demitido, ainda que esteja em estágio probatório, após o devido processo administrativo disciplinar.

141 De acordo com o entendimento do STF, empresa concessionária de serviço público de transporte responde objetivamente pelos danos causados aos usuários de transporte coletivo.

Julgue os itens subsequentes, relativos ao sujeito da obrigação tributária, segundo a jurisprudência do STJ.

142 O contribuinte de fato não detém legitimidade ativa *ad causam* para pleitear a restituição do indébito relativo ao imposto sobre produtos industrializados (IPI).

143 O substituto legal tributário no recolhimento de contribuições previdenciárias descontadas do trabalhador é o legitimado passivo para a demanda em que se pleiteie a restituição tributária.

Com base na jurisprudência do STJ, julgue os itens seguintes, acerca da suspensão e da extinção do crédito tributário.

144 Caso o processo de medida cautelar seja extinto sem julgamento de mérito, o depósito judicial deve ser convertido em renda.

145 A mera apresentação do pedido de parcelamento não interrompe a prescrição, tampouco é suficiente para suspender a exigibilidade do crédito tributário, sendo necessária a homologação do pedido formulado pelo contribuinte ao fisco.

De acordo com a Lei Complementar n.º 123/2006, julgue o item abaixo.

146 A sociedade de propósito específico, constituída apenas de optantes do SIMPLES Nacional, deve apurar o imposto de renda das pessoas jurídicas com base no lucro real, mantendo a escrituração do livro-diário e do livro-razão.

Enquanto a soberania esteve exclusivamente nas mãos do rei, a este cabia decretar impostos e dar aplicação ao seu produto, sem fiscalização alguma e sem regras às quais precisasse obedecer. Hoje, a soberania reside na nação e são os seus representantes que fazem o orçamento. O tempo compreendido entre a época da soberania real e a vitória da soberania popular, na Europa, é marcado por movimentos, revoluções, usurpações e resistências, que representam as etapas principais da evolução do direito orçamentário.

Agenor de Roure. Formação do direito orçamentário brasileiro. In: Jornal do Commercio, 1916, p.8 (com adaptações).

Tendo como referência inicial o texto acima, julgue os itens a seguir, a respeito do direito financeiro brasileiro.

147 Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, a concessão de benefício tributário do qual decorra renúncia de receita do IPI deve estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e da correspondente compensação.

148 É dispensada a compensação para o aumento de despesa, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal, se o reajuste do valor do benefício da seguridade social destinar-se a preservar seu valor real.

149 Compete exclusivamente ao Congresso Nacional dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno.

150 É conhecida como regra de ouro a vedação, prevista na CF, à realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares, ou especiais, com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo, por maioria absoluta.

151 O precatório-requisitório consiste em ordem judicial de pagamento expedida pelo juízo da execução em ofício ao presidente do tribunal para que requisite as quantias a que tenha sido condenada a fazenda pública em processo com trânsito em julgado, apresentado até 1.º de julho, para que a despesa conste da lei orçamentária do exercício subsequente.

Com relação ao Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Espírito Santo (RPPS-ES), julgue os itens que se seguem.

152 A parcela percebida em decorrência do exercício de cargo em comissão ou de função de confiança por servidor efetivo segurado do RPPS-ES integra a base de contribuição, o subsídio ou o vencimento do cargo efetivo, valores utilizados como base de cálculo para efeito da incidência de contribuição previdenciária.

153 O direito do segurado ou do beneficiário do RPPS-ES à revisão do ato de concessão de benefício ou da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo decai em cinco anos, prazo prorrogável por igual período.

Com relação às contribuições sociais destinadas à seguridade social e aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), julgue os itens a seguir.

154 Cabe ao empregador doméstico recolher, junto com a parcela por ele devida, a parcela da contribuição previdenciária devida por segurado que seja seu empregado doméstico.

155 A contribuição social das associações desportivas que não possuem equipe profissional de futebol, equiparadas a empresas no que se refere à contribuição para a seguridade social, incide sobre o montante de sua folha de salário.

156 O indivíduo que, após dezessete anos ininterruptos de contribuição para o RGPS, deixar de recolher a contribuição, fará jus ao recebimento de aposentadoria por idade, desde que cumpra com o requisito de idade mínima.

Com base nas Normas de Auditoria Governamental, julgue os próximos itens.

157 Classifica-se como relatório de revisão limitada o relatório de auditoria em que o auditor governamental não expressa opinião a respeito dos trabalhos efetuados.

158 A abstenção de opinião exclui a responsabilidade do auditor governamental de mencionar, em seu relatório, fato que possa influenciar a decisão do usuário de objeto da auditoria.

159 Classifica-se como auditoria de cumprimento legal o exame de observância das disposições legais e regulamentares aplicáveis a determinada situação.

160 Entre os procedimentos que devem ser adotados pelo auditor governamental para monitorar o curso das recomendações inclui a verificação dos efeitos das ações voltadas à correção das deficiências identificadas em uma auditoria.

De acordo com as Diretrizes para as Normas de Controle Interno do Setor Público da Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores, julgue o item abaixo.

161 Os sistemas de informação empregam procedimentos de controle específicos, tais como os procedimentos dos controles de aplicativos, que se relacionam diretamente às aplicações informatizadas individuais.

Com base nas normas de controle interno do Poder Executivo federal, julgue o item seguinte.

162 Classifica-se como indireta e simplificada a auditoria executada em órgãos públicos pelas denominadas empresas de auditoria externa, contratadas quando o deslocamento de servidores em exercício no órgão central é considerado inviável.

Em vários aspectos, os métodos e técnicas de administração de órgãos públicos se aproximam dos utilizados na administração de entidades privadas. Com relação a esse assunto, julgue os itens subsequentes.

- 163** Os planos operacionais, que podem ser classificados em procedimentos, orçamentos, programas e regulamentos, devem focar aspectos de curto prazo, voltados para a eficiência, e não para a eficácia.
- 164** A realização de concurso público para o preenchimento de vagas previamente existentes no quadro de pessoal de órgão público. Caracteriza a adoção do modelo seleção para recrutamento de pessoal.
- 165** Entre as reformas administrativas implementadas no Brasil, a reforma gerencial, ocorrida em 1995, foi a única, nos últimos cem anos, a estabelecer penalidades e a tipificar como crime o descumprimento dos dispositivos legais válidos.

Julgue os itens seguintes, relativos a aspectos da administração e da gestão pública.

- 166** É inadmissível a capitalização de juros referentes a recursos movimentados a débito ou a crédito por meio da conta única do Tesouro Nacional com periodicidade inferior a um ano.
- 167** Considere que o governo pretenda criar nova fundação pública para cuidar da realocação de pessoas desabrigadas por desastres naturais. Nesse caso, a criação da fundação, que deverá ser dotada de personalidade jurídica de direito privado, deverá ser autorizada por lei específica.
- 168** O orçamento de base zero não pode ser implantado em instituições que adotem o modelo de orçamento-programa.

A respeito de especificação de serviços, julgue os itens subsequentes.

- 169** Em concretagem de peças estruturais com concreto armado, a limpeza das barras de aço deve ser feita apenas com óleo anticorrosivo, para evitar substâncias que favoreçam a aderência e garantir a retirada de camadas eventualmente agredidas por oxidação.
- 170** A temperatura da massa não exerce influência sobre a compactação dos pavimentos asfálticos, mas influencia o transporte e lançamento da mistura asfáltica.

A respeito de fiscalização e orçamentação de obras, julgue os itens subsequentes.

- 171** O DNIT cobra taxa de utilização viária, uma das parcelas do custo de mobilização de equipamentos de grande porte, sempre que o peso bruto total do conjunto carga/cavalo/carreta ultrapassa e 45 toneladas.
- 172** De acordo com o Sistema de Custos Rodoviários do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), os custos relativos a uniformes, equipamentos de segurança, alimentação e transporte de pessoal integram os adicionais sobre mão de obra.
- 173** Para que a parcela de reajustamento em uma obra seja paga, é necessário que, no contrato firmado entre o contratante e o contratado, haja cláusula de reajuste, com a periodicidade e o critério de atualização monetária.
- 174** A orçamentação pelo método de correlação está embasada no levantamento das quantidades dos insumos necessários à execução da obra.

Com relação às normas NBR ISO/IEC n.º 27001/2006 e NBR ISO/IEC n.º 27002/2005, julgue os itens que se seguem.

- 175** Os ambientes de desenvolvimento, de teste e de produção devem ser fisicamente separados, de forma a diminuir os riscos de impacto das alterações indevidas sobre a produção.
- 176** O plano de tratamento de riscos está contido na documentação do Sistema de Gestão de Segurança da Informação.
- 177** Assegurar que funcionários, fornecedores e terceiros compreendam suas responsabilidades integra a norma de segurança de recursos humanos durante o encerramento da contratação.

Com relação ao que dispõem a Lei n.º 8.666/1993 e a Lei n.º 10.520/2002, julgue os itens a seguir.

- 178** É vedada a exigência de garantia de proposta relativa ao pregão.
- 179** Tratando-se de contratação destinada ao aperfeiçoamento de tecnologia da informação e comunicação, considerados estratégicos pelo Poder Executivo federal, é inadmissível que se restrinja a licitação a bens e serviços com tecnologia desenvolvida no país.

Com relação ao monitoramento da execução de contratos, julgue o item seguinte.

- 180** Demandas de correção devem ser encaminhadas à área administrativa.

PROVA DISCURSIVA P₄ – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- Nesta prova, faça o que se pede, usando os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva os textos para o **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS**, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado. Será também desconsiderado o texto que não for escrito na(s) folha(s) de texto(s) definitivo(s) correspondente(s).
- No **caderno de textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado. Caso queira assinar seus textos, utilize apenas a palavra **SIGNATÁRIO**. Ao texto que contenha outra forma de identificação será atribuída nota zero, correspondente a identificação do candidato em local indevido.
- Na peça processual, ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **30 pontos**, dos quais até **1,50 ponto** será atribuído ao quesito apresentação e estrutura textual (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos).
- Na questão, ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **10 pontos**, dos quais até **0,50 ponto** será atribuído ao quesito apresentação e estrutura textual (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos).

PEÇA PROCESSUAL

Adamastor Silva ajuizou ação ordinária contra o TCE/ES, pretendendo a anulação de decisão que lhe impôs multa no valor de R\$ 2.550,00, além da restituição do valor R\$ 25.720,00 ao erário.

Consta, na peça vestibular, que a decisão do TCE/ES deu-se em razão de o autor ter autorizado, em maio de 2010, no exercício da função de secretário de Assistência Social do município de Vila Velha – ES, repasse de verba no valor de R\$ 75.000,00 à Associação dos Amigos Protetores dos Idosos para a construção de área de lazer no Asilo São José e a ampliação do refeitório dessa instituição, cuja sede está localizada no citado município.

Alega o autor, na ação, que a referida verba estava prevista na lei orçamentária do município antes mesmo de ele ter assumido a função de secretário e que o seu ato se limitou à assinatura da nota de empenho e à autorização da liberação da verba. Por fim, argumenta que, na condição de secretário, não seria seu dever acompanhar a execução da obra, tampouco fiscalizá-la.

Finalmente, o autor alega ser patente a nulidade do ato do TCE/ES, dada a ausência de legitimidade do referido tribunal para fiscalizar os atos praticados pelos secretários municipais, bem como para aplicar multas. Argumenta, ainda, o autor que o tribunal não possui legitimidade para impor aos secretários municipais a obrigação de restituir quantia ao erário.

Foi apurado pelo TCE/ES que, embora tivesse sido liberado todo o valor destinado à reforma do asilo, apenas 45% da obra foram concluídos. Apurou-se, ainda, que parte da verba fora desviada pelas empreiteiras, inclusive com repasse a Adamastor.

Do processo administrativo conclui-se que não houve celebração do adequado instrumento legal para regularizar o repasse de verbas, além de não terem sido observadas as especificações técnicas constantes do projeto básico e do memorial descritivo. Depreende-se do processo que, também, não houve designação de executor técnico nem encaminhamento da prestação de contas ao órgão do controle interno. Em conclusão, o TCE/ES entende que todos esses fatos dificultaram o controle dos gastos realizados com os recursos públicos.

A referida ação foi distribuída ao juízo da Segunda Vara de Fazenda Pública de Vitória – ES (Processo n.º 2012000000001), tendo o juiz do feito determinado a citação do réu e estipulado prazo para a sua manifestação.

Com base nessa situação hipotética, redija a peça processual pertinente, apresentando todos os fundamentos de ordem processual e material capazes de garantir a eficácia do ato impugnado pelo autor. Dispense o relatório e não crie fatos novos.

RASCUNHO – PEÇA PROCESSUAL – 1/4

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO – PEÇA PROCESSUAL – 2/4

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

RASCUNHO – PEÇA PROCESSUAL – 3/4

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

RASCUNHO – PEÇA PROCESSUAL – 4/4

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

QUESTÃO

De acordo com as Normas de Auditoria Governamental (NAGs), o tribunal de contas deve, periodicamente, aprovar, com base em proposta de grupo de trabalho próprio, programa de garantia de qualidade a ser aplicado às auditorias concluídas, isto é, trabalhos cujos relatórios tenham sido julgados ou apreciados pelo tribunal de contas, a fim de garantir o aprimoramento das novas auditorias em conformidade com a legislação, bem como com as políticas e normas do tribunal.

Considerando que o texto acima tem caráter unicamente motivador, descreva as fases do programa de controle de qualidade dos trabalhos de auditoria governamental.

RASCUNHO – QUESTÃO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	



cespeUnB

Centro de Seleção e de Promoção de Eventos